



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ata da reunião interna realizada no dia 10 de junho de 2026 da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração e investigação dos fatos envolvendo a cobrança, atualização e gestão do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no Município de Mogi Mirim.

Ao dia dez do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 10h30 min, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, logradouro à Rua Dr. José Alves, 129, Centro – Mogi Mirim/SP.

Presidiu a reunião o vereador Wagner Ricardo Pereira, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração e investigação dos fatos envolvendo a cobrança, atualização e gestão do IPTU (Imposto Predial e Território Urbano) no Município de Mogi Mirim.

Estiveram presentes os vereadores Ademir Souza Floretti Junior, Cinoê Duzo, Ernani Luiz Donatti Gragnanello, Luís Roberto Tavares e Marcio Evandro Ribeiro.

Estiveram presentes os assessores Adriano, Eric, Fábio, Mayella, Pedro, Rafael e Renan.

Juntamente, com a presença do Dr. Fernando Marcio das Dores, Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Mogi Mirim.

Iniciando a reunião, o vereador Wagner agradeceu a presença de todos e relembrou os assuntos anteriormente discutidos. Em seguida, respondeu ao questionamento do vereador Márcio sobre o motivo da realização da oitiva com os representantes do consórcio na data anteriormente estabelecida. O vereador explicou que os representantes demonstraram estar cientes da convocação e justificaram que não poderiam comparecer em razão de outros compromissos e conflitos de agenda, tendo, contudo, apresentado prontamente novas datas para o comparecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Na sequência, o vereador Ernani mencionou a reunião dos órgãos referentes ao decreto de criação da Comissão Gestora, bem como das leis e projetos de lei de matéria semelhante, matérias jornalísticas, exemplos de carnês de IPTU para comparação entre os valores anteriormente lançados e os atuais, além de outros documentos e requerimentos, para que o processo documental pudesse ser devidamente instruído. Sugeriu, ainda, que fosse realizada uma análise dos valores do IPTU e de suas diferenças, para posterior demonstração nos autos.

O vereador Luís abordou que, durante uma das oitivas, foi mencionado o nome de Jade Dias de Araújo, sendo informado pelo assessor Pedro que se tratava da pessoa designada para realizar a comunicação entre a Prefeitura e as empresas envolvidas.

Em seguida, o vereador Wagner lembrou a oitiva do Sr. Thomaz Chagas de Almeida, na qual foi demonstrada autonomia por parte do depoente na elaboração e execução de todo o processo, desde o início até a conclusão dos trabalhos. Reforçou que os esclarecimentos prestados foram de extrema importância para a CPI e que seria necessário analisar as informações apresentadas acerca da elaboração da Planta Genérica de Valores e dos cálculos realizados.

Na sequência, o vereador Wagner mencionou o convite de convocação encaminhado ao Sr. José Luiz Alves e ao Sr. Massayoshi Assano, os quais sugeriram as datas de 15/06, 19/06 e 23/06 para comparecimento. Os vereadores deliberaram sobre as datas e sobre novas possibilidades de convocação para as futuras oitivas, sendo decidido que seriam realizadas as oitivas do Sr. Rodrigo Sernaglia, do Sr. Jeferson Pedro Campos da Silva e da Sra. Maria Teresa Archaf no dia 12/06, bem como dos responsáveis pelo consórcio, Srs. José Luiz Alves e Massayoshi Assano, no dia 19/06, nos horários das 9h00 e das 14h00.

Foi mencionado pelos vereadores presentes que seria conveniente prever intervalos entre as oitivas agendadas para o mesmo dia, especialmente quando realizadas em horários próximos. Ficou acordado que poderiam ser concedidos intervalos durante a realização das oitivas, caso necessário. O vereador Wagner



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ressaltou que, nas últimas oitavas realizadas no dia 03/06, elas ocorreram em sequência, uma após a outra, em razão dos compromissos dos depoentes, que optaram por aguardar o andamento da CPI e das sessões anteriores para prestarem seus esclarecimentos. Reiterou que a realização de intervalos poderá ocorrer sem qualquer problema, conforme o andamento da sessão.

Na sequência, o vereador Cinoê mencionou e lembrou que, em sua oitava, o Sr. Mauro Zeuri havia afirmado que não haveria novas prorrogações do prazo para pagamento do IPTU, porém, posteriormente, ocorreu mais uma prorrogação.

Em complemento, o vereador Luís reiterou que o Sr. Mauro também havia afirmado que a prorrogação teria ocorrido por indicação dos vereadores.

O assessor Pedro informou que há uma preocupação em relação à conclusão dos pagamentos do IPTU, para que não haja inscrição dos débitos em dívida ativa.

O vereador Wagner comentou sobre a questão das prorrogações e afirmou acreditar que não haverá uma solução tão breve.

Na sequência, o Dr. Fernando ressaltou que reconhece a preocupação em relação às prorrogações, considerando-a uma iniciativa legítima, mas entende que ela não se justifica, pois a prorrogação pode ser considerada um benefício ao contribuinte, uma vez que não lhe ocasiona qualquer prejuízo. Destacou que, caso não houvesse a prorrogação e o pagamento fosse efetuado, eventual alteração posterior nos valores poderia acarretar prejuízo ao contribuinte, sendo necessário proceder ao ressarcimento dos valores pagos. Reiterou que, ainda que a prorrogação possa ser considerada indevida ou não recomendável, ela continua sendo útil e válida, proporcionando maior segurança ao munícipe.

Sobre o comentário realizado pelo vereador Wagner acerca de os munícipes não estarem conseguindo respostas para seus questionamentos, o Dr. Fernando informou que, caso o munícipe não esteja satisfeito, existem meios hábeis para impugnação que não se limitam à esfera administrativa, reforçando que também há instrumentos jurídicos e administrativos para que possa alcançar seu objetivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

O vereador Ernani reiterou que todos os presentes são favoráveis ao IPTU, ressaltando, contudo, que é necessário analisar a forma como foram elaborados e aplicados os valores lançados. Sugeriu que, no relatório final da CPI, fosse apresentada uma orientação ou sugestão à Prefeitura, reforçando os apontamentos feitos pelo Dr. Fernando.

Na sequência, o Dr. Fernando reiterou que o motivo da prorrogação já havia sido esclarecido e destacou que a Comissão deve atuar com base nas informações já analisadas e coletadas, mantendo o foco na elaboração e na concepção do projeto que resultou na lei aplicada.

O vereador Wagner ressaltou a atuação da CPI e solicitou ao Dr. Fernando que explicasse o significado de um inquérito. O Dr. Fernando esclareceu que se trata de um procedimento destinado a evidenciar a materialidade e a autoria de eventual ato ilícito. Posteriormente, o vereador Wagner reiterou que o papel da Comissão é investigar e apurar os eventuais erros e o grau de responsabilidade dos envolvidos. Salientou que é permitido aos vereadores apresentar sugestões de melhorias ao Poder Executivo, porém destacou que a CPI deve identificar os erros existentes para, futuramente, apresentar as conclusões e eventuais soluções.

Na mesma oportunidade, o vereador Wagner salientou que a Comissão dispõe de curto prazo para concluir seus trabalhos, motivo pelo qual o principal objetivo da CPI deve ser identificar os erros e os respectivos responsáveis.

O Dr. Fernando abordou a questão das emendas, ressaltando que estas devem estar em conformidade com as normas tributárias e que a Comissão possui competência para averiguar essa matéria. Complementou que a elaboração do art. 8º da lei deveria ter sido realizada em maior consonância com o Código Tributário e que a concepção e a elaboração do projeto devem ser objeto de análise. Enfatizou, ainda, que as perguntas formuladas durante as averiguações precisam ser aprimoradas, para que as respostas não se desviem do objeto da investigação e mantenham o nível de qualidade esperado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Na sequência, o vereador Wagner reiterou os apontamentos feitos pelo Dr. Fernando acerca da qualidade dos questionamentos formulados, destacando que os convocados possuem grande expertise no assunto e muitos anos de atuação na área.

Foi aberta a palavra para sugestões dos vereadores, oportunidade em que o vereador Ernani sugeriu a convocação do Sr. Jefers on para a próxima oitiva, informando que ele fez parte do processo.

Na sequência, o vereador Wagner sugeriu que as oitivas do dia 12/06 fossem iniciadas com o Sr. Rodrigo Sernaglia, no período da manhã, e, no período da tarde, com a Sra. Maria Teresa Archaf e o Sr. Jeferson Pedro Campos da Silva.

Logo após, o vereador Ernani mencionou os apontamentos realizados durante as oitivas acerca dos Correios e sugeriu a convocação ou a realização de diligência junto a algum representante da instituição, para esclarecimento dos fatos apresentados.

Em seguida, o vereador Wagner questionou de que forma poderia ser realizada a sugestão apresentada pelo vereador Ernani. Na sequência, o Dr. Fernando esclareceu que podem ser realizadas diligências para esclarecimento de possíveis questionamentos e que, caso necessário, poderá ser realizada uma oitiva perante o Plenário da Câmara Municipal.

O vereador Ernani ressaltou que os esclarecimentos por parte dos Correios são importantes para comprovar e verificar se as informações prestadas durante as oitivas procedem conforme relatado.

O Dr. Fernando apontou que a atuação dos Correios não interferiu no processo de tramitação da lei. Os vereadores Wagner e Ernani, ressaltaram que os esclarecimentos continuam sendo importantes para a comprovação das informações fornecidas e para verificar se elas correspondem aos fatos. Ainda, o Dr. Fernando salientou que os próprios documentos emitidos pelos Correios podem comprovar a atuação da instituição e a execução de seus serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Na sequência, o vereador Wagner abordou a criação do grupo de estudos composto pelos assessores e questionou como estava o andamento dos trabalhos e se já havia algum resultado. O assessor Adriano informou que foram verificados fortes indícios de direcionamento na licitação e de possível violação ao princípio da segregação de funções. Informou, ainda, que determinados documentos apresentam datas incompatíveis, sendo necessária a análise do possível direcionamento, da forma como ele teria ocorrido e da existência de outras empresas aptas a executar e fornece os mesmos serviços.

A assessora Mayella mencionou, ainda, a existência de apenas uma impugnação apresentada por empresa interessada na disputa do edital, bem como os valores extremamente elevados apresentados pelas empresas para a prestação dos serviços. Reiterou os apontamentos realizados pelo assessor Adriano, reforçando que os fatos identificados devem ser devidamente analisados.

O assessor Adriano ressaltou que alguns dos fatos apresentados e analisados não estão em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e contratos administrativos.

Em complemento, o assessor Rafael relatou que lhe chamou a atenção a adequação da modalidade licitatória adotada, considerando que o objeto foi classificado como serviço comum, embora os serviços de engenharia contratados possam ser considerados serviços especiais, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

Na sequência, o vereador Wagner lembrou que já existe um histórico de problemas relacionados à referida licitação.

Logo após, o assessor Adriano informou que será realizado um levantamento de todas as informações encontradas acerca do procedimento licitatório para, posteriormente, encaminhá-las aos órgãos competentes para a devida averiguação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

O vereador Ernani sugeriu que essa análise fosse realizada primeiramente de forma unificada.

Em relação às atividades do grupo de análise dos assessores, o vereador Wagner questionou qual seria o prazo para a conclusão dos trabalhos. Na sequência, a assessora Mayella explicou que as atividades foram divididas entre os integrantes da equipe para que cada um realizasse suas respectivas análises e, posteriormente, todos se reunissem para discutir os fatos analisados e as informações encontradas. Quanto ao prazo, informou que a previsão para conclusão dos trabalhos seria até o dia 12/06, sexta-feira.

Em complemento, o vereador Wagner ressaltou que os apontamentos realizados acerca da licitação são de grande importância e poderão ser utilizados durante a oitiva com os responsáveis pelo consórcio. Reforçou que os trabalhos de análise desenvolvidos pelos assessores já podem ser iniciados e que é importante possuir esse escopo previamente elaborado para nortear as atividades da CPI.

Foi mencionado, ainda, acerca dos serviços executados e da possibilidade de ter havido algum pré-direcionamento em favor da empresa contratada, conforme apontado pela assessora Mayella. Na sequência, o Dr. Fernando reiterou que deve ser analisada a existência de eventual pré-destinação e que quaisquer informações relativas aos serviços a serem executados, à forma de execução, aos responsáveis e demais especificações devem constar expressamente do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

Ainda sobre os apontamentos da assessora Mayella, foi informado que houve a identificação de inconsistência no número da apólice de seguro. O Dr. Fernando esclareceu que o erro identificado pode se tratar de erro material, passível de correção, devendo, contudo, ser devidamente averiguado.

Por fim, o vereador Wagner agradeceu o auxílio e o trabalho desenvolvido pelos assessores, ressaltando que é necessário averiguar cuidadosamente todas as informações coletadas. Destacou, ainda, que as próximas oitivas serão de caráter eminentemente técnico e de maior complexidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h00 min, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo vereador Wagner Ricardo Pereira.

Mogi Mirim, 14 de agosto de 2026.

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA
Vice-Presidente da Câmara Municipal